

Os múltiplos perfis dos senhores de escravos nas Minas Gerais: uma visão das hierarquias e flexibilidades da sociedade escravista.

Carlos de Oliveira Malaquias

Universidade Federal de Sergipe

Área: 1. História Econômica e Demografia Histórica

Resumo: Na freguesia de São José do Rio das Mortes, entre os anos de 1795 e 1831, um de cada dois e um de cada 2,5 chefes de fogo respondiam por um domicílio com escravos. A dispersão da posse mancipia foi responsável por um grupo heterogêneo de senhores que constituiu um ponto intermediário basilar para a manutenção do escravismo. Ao examinar dois conjuntos de listas nominativas, um rol de confessados de fins do século XVIII e partes do censo provincial do segundo quarto do século XIX, pudemos demonstrar como, de acordo com o tamanho da escravaria, o perfil dos senhores variava: partindo de uma base diversificada, constituídas por homens e mulheres, negros e pardos, livres e libertos, e tornando-se mais homogêneo (mais masculino e branco) à medida que se sobe na escala de posse. Se, por um lado, a elite escravista corresponde às imagens clássicas da hierarquia escravista, por outro lado, a base senhorial diversificada constitui um ponto médio da estrutura social ainda pouco conhecido. Indicamos que tais “setores médios” sejam expressão da flexibilidade e capacidade de incorporação social do escravismo no Brasil.

Palavras-chave: Escravismo, classe senhorial, hierarquia social.

Introdução

No começo da década de 1990 Iraci Del Nero da Costa empreendeu um estudo que até o momento é o mais amplo esforço de análise dos brasileiros fora da camada senhorial. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil* reúne evidências demográficas de várias regiões do país no começo do século XIX para demonstrar a amplitude do grupo de não-senhores na sociedade escravista brasileira e sua participação efetiva em todos os setores econômicos. Comparando os habitantes de domicílios com escravos e aqueles que viviam sem essa propriedade no que se refere a indicadores como masculinidade, idade, sexo e estado conjugal, Costa demonstrou que não havia grandes dessemelhanças entre os dois grupos. Isso significa que entre proprietários e não-proprietários de escravos não havia diferenças significativas no que tange à expectativa de vida, natalidade e mortalidade, no acesso ao casamento e formação de família. Basicamente, os dois grupos distinguem-se pela cor – sendo os proprietários um grupo mais homogeneamente branco –, pela condição de moradia – sendo os não-proprietários mais comumente agregados – e pelas atividades econômicas, estando os proprietários mais envolvidos com atividades voltadas para a exportação. Conclui o autor que os não-proprietários de escravos não sofriam de qualquer anomalia ou anomia social que os contrapusesse ao outro segmento socioeconômico estudado, mas “excluídos que estavam da propriedade de escravos quase se viram excluídos de nossa própria história”.¹

As revelações do estudo de Costa são surpreendentes e informam um grupo de senhores e não senhores, *in totum*, menos diferenciados entre si do que a historiografia supunha até

¹COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MG-SP editores, 1992. Citação à p.52.

então. Não obstante, os estudos de História Social que procuraram perseguir e tratar densamente trajetórias individuais² propuseram hierarquias específicas entre não-proprietários e senhores que escaparam a Costa – e, talvez, nem estivessem mesmo entre suas preocupações. Enquanto Costa compara as características demográficas dos moradores de domicílios com escravos com os moradores sem essa força de trabalho como dois blocos compactos, os estudos que se dedicaram apenas aos chefes de domicílios demonstraram resultados um tanto diferentes. Como tais estudos mostram, ser chefe de um fogo já era uma condição que diferenciava um indivíduo da maioria das pessoas. Ao se oferecer segmentações entre os donos de escravos por tamanho da posse, as características dos senhores mostram-se bastante diferenciadas entre a base e a elite dos proprietários. Como demonstrou Leandro Andrade, os domicílios com um ou dois escravos eram chefiados por um grupo quase tão diversificado quanto os não-escravistas, enquanto os domicílios que ocupavam o topo da escala de posse eram chefiados por senhores com características mais homogêneas.³

Inescapáveis como referência sobre a questão da posse de escravos, os estudos de Costa, e *Arraia Miúda* em especial, inspiraram o presente exercício em que buscamos apontar como a propriedade mancipia influenciou os contornos sociais do grupo senhorial. Atentos à recente produção da História Social sobre os significados das hierarquias na sociedade escravista, vamos seguir o caminho apontado por Andrade e discutir como o grupo senhorial conformava-se segundo a escala da posse de escravos. Para tanto, parte-se do estudo de caso de uma antiga freguesia mineradora, a de São José do Rio das Mortes, situada na região que se converteu no maior celeiro agropecuário das Minas Gerais. O exemplo de São José é acessado a partir de um conjunto de informações censitárias produzidas entre fins do século XVIII e a década de 1830. Tais documentos, ao apresentar a força de trabalho escravo de cada unidade domiciliar, mais aspectos identitários fundamentais de seus moradores, como a cor e a condição (além de outros como ocupação, idade, estado conjugal) apontam as linhas fundamentais da estrutura social da freguesia e de suas mudanças na passagem do século XVIII para o XIX. Toma-se aqui os atributos de cor e condição apresentados nas fontes como expressão do lugar social ocupado por brancos, pardos, crioulos e pretos, lendo tais elementos como indicativos da qualidade social conferida ao seu portador.⁴ Nesse sentido, eles são a

² Inspirados na micro-história italiana, os trabalhos mais recentes de História Social da escravidão buscam aliar a análise de estudos de caso às informações populacionais mais amplas. Para estudos com essas características e que miravam as complexidades da hierarquia social no Brasil escravista conferir: LIBBY, Douglas C.; FRANK, Zephyr. Uma família da Vila de São José: empregando a reconstituição familiar pormenorizada para elucidar a História Social. In: LIBBY, Douglas Cole; MENESES, José Newton; FURTADO, Júnia Ferreira; FRANK, Zephyr L. (Orgs.). *História da Família no Brasil (Séculos XVIII, XIX E XX)*: novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2015; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008; SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo*: a dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. Ver ainda os estudos de João Luís Fragoso: FRAGOSO, João L. R. Elite das Senzalas e nobreza principal da terra numa sociedade rural de Antigo Regime nos Trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704-1740. In: FRAGOSO, João L. R. (Org.). *O Brasil Colonial 1720-1821*. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014; FRAGOSO, João L. R. O capitão João Pereira Lemos e a parda Maria Sampaio: notas sobre hierarquias rurais costumeiras no Rio de Janeiro, século XVIII. In: OLIVEIRA, Mônica R.; ALMEIDA, Carla M.C. (Orgs.). *Exercícios de Micro História*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009; FRAGOSO, João L. R. Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro. In: FRAGOSO, João L. R.; SAMPAIO, Antônio Carlos J.; ALMEIDA, Carla M. C. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes*: Histórias de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³ ANDRADE, Leandro Braga de. *Senhor ou Camponês*: economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820-1850. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2007 (dissertação de Mestrado), p.62.

⁴ A esse respeito conferir MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; BOTELHO, Tarcísio R. Categorias de diferenças: ocupação, raça e condição social no Brasil do século XIX. *Locus* (Juiz de Fora), v. 26, p. 153-185, 2008; GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo*:

expressão de maiores ou menores oportunidades de inserção econômica e enriquecimento. Assim, não é estranho que, de acordo com o tamanho da escravaria, o perfil dos senhores apresente variações, com uma base diversificada, constituídas por homens e mulheres, negros e pardos, livres e libertos, e tornando-se mais homogêneo (mais masculino e branco) à medida que se sobe na escala de posse.

As transformações da freguesia de São José e a distribuição da propriedade escrava.

São José era uma freguesia antiga, fundada durante as descobertas auríferas, e muito extensa, cujo território iniciava-se às margens do Rio das Mortes, onde foram encontradas jazidas de ouro, e se espalhava para o oeste, agregando terras para o cultivo de alimentos ao longo da primitiva “Picada de Goiás”.⁵ Com a decadência da mineração de superfície por volta da década de 1780, a economia regional adaptou-se bem a agropecuária. Uma das condições para isso foi a preexistência dessas atividades. Outra condição foram as ligações comerciais entre a região e a praça da cidade do Rio de Janeiro, que permitiram aos produtores sanjoseenses participar do mercado de abastecimento de víveres da capital da colônia e, posteriormente, do Império.⁶ Entretanto, a acomodação da economia sobre outra base veio acompanhada de algumas mudanças na freguesia de São José das quais destacamos três aspectos mais importantes para o estudo que aqui se empreende.

Em primeiro lugar, a freguesia cresceu pouco na passagem do século XVIII para o XIX. No ano de 1795 os párocos locais que realizaram um arrolamento nominal de todos confessados registrando 1.723 domicílios que abrigavam 10.919 pessoas, sendo quenesse número não se incluem os menores de sete anos, que ainda não se confessavam, e as pessoas ausentes da freguesia.⁷ Quase quarenta anos mais tarde, o governo provincial produziu listas nominativas de centenas de arraiais mineiros e, naqueles que faziam parte da freguesia de São José, foram contados 15.819 moradores em 2.176 domicílios.⁸ Se descontarmos desse total de moradores a parcela com menos de 7 anos, assim ajustando a coorte ao rol de confessados de 1795, a população teria aumentado de 10.919 para 13.777 pessoas, uma ampliação em torno de 0,57% a.a, muito inferior ao estimado para capitania de Minas, que teria crescido entre 1808 e 1821 a uma taxa de 2,3% a.a.⁹ Nos anos 1820, autoridades locais de São José reconheciam o baixo crescimento da freguesia e o atribuíram ao fechamento da fronteira agrária e à consequente falta de terras virgens para onde a população pudesse se expandir.¹⁰ De

trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008; LIBBY, Douglas C. A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: PAIVA, Eduardo F.; IVO, Isnara P.; MARTINS, I. C. (Orgs.). *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume, 2010.

⁵ A expressão designava o caminho que ia do Rio das Mortes, no sul de Minas, às minas do atual centro-oeste brasileiro (BARBOSA, 1995, p.227).

⁶ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*; São João del Rei, 1831-1888. São Paulo: Annablume, 2002.

⁷ “Rol dos Confessados desta Freguezia de S. Antonio da Villa de S. Jozé, Comarca do Rio das Mortes, deste presente ano de 1795”. Banco de dados organizado pelos prof. Douglas C. Libby e Clotilde A. Paiva. Original: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, MG.

⁸ Listas nominativas da década de 1830. CEDEPLAR/UFMG. Banco de dados coord. pela profa. Clotilde A. Paiva. Originais: Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, MG.

⁹ BEGARD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p.156.

¹⁰ No ano de 1825, o pároco local reconhecia que não havia grande esperança de aumento populacional em S. José “por ser esta freguesia circundada de outras limitrofes, e não confinar por parte alguma com sertões para onde se extenda”. “*Mapa da população Parochianna da Freguesia de Sto. Antônio da Vila de São Jozé deste presente anno de 1825*”. Arquivo Paroquial Diocese São João del Rei, Paróquia de São José do Rio das Mortes. Mapas populacionais da freguesia de Sto. Antônio da vila de São José, pasta 19. Em 1826 a Câmara dava conta

fato, estudos recentes demonstraram que as regiões mineiras que mais cresceram depois da crise da mineração foram aquelas onde havia terra disponível para a agropecuária e ligações com o mercado carioca.¹¹

Simultaneamente ao crescimento moderado, houve na freguesia de São José uma reorganização espacial da população acompanhando o predomínio do agropastoreio: um segundo aspecto importante na passagem do XVIII para o XIX é que os moradores da freguesia deslocaram-se para as aplicações rurais a oeste, em prejuízo do núcleo mais urbanizado da matriz. Em 1795 o distrito onde se situava a Igreja Matriz da freguesia concentrava 42% dos domicílios e dois quintos dos escravos; em 1831 em torno da matriz estavam 22,8% dos domicílios e apenas 17% dos cativos. Esse declínio relaciona-se ao êxodo de moradores que cada vez mais estabeleciam residência permanente nas suas propriedades rurais seguindo o predomínio econômico do agropastoreio.¹²

Em terceiro lugar, as mudanças na economia influenciaram o ritmo de incorporação de mão de obra escrava pela freguesia de São José. As flutuações dos registros paroquiais de batismos de africanos adultos em várias paróquias mineiras exibidas por Libby mostram que no final do século XVIII a capacidade de importação de escravos da capitania era virtualmente nula. Em São José, nenhum africano adulto foi batizado nos anos de 1790 e 1800. Mas a situação reverteu-se com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e a articulação mercantil do centro-sul em torno da nova corte. Nas décadas de 1810 e 1820 a província de Minas foi o principal destino dos escravos desembarcados no porto carioca e, em São José, dezenas de africanos adultos foram batizados nas capelas e igrejas de toda a freguesia.¹³

O baixo crescimento demográfico ligado à definitiva ocupação das terras, a ruralização do espaço e as flutuações no tráfico de escravos marcam a conjuntura de passagem do século XVIII para o XIX na freguesia de São José e, sem dúvida, influenciaram o acesso à mão de obra escrava e a composição da camada senhorial. No período de que nos ocupamos, a fecundidade das escravas e o tráfico ajudaram a manter a freguesia de Santo Antônio da vila de São José do Rio das Mortes fortemente escravista, com mais de 40% da população constituída de cativos. Os escravos estavam em praticamente 50% dos domicílios no ano de 1795, uma distribuição muito alta em relação a qualquer região escravista.¹⁴ Essa taxa funciona como um índice indireto da distribuição de riqueza na localidade e aponta a existência de patrimônio em, pelo menos, metade dos fogos da freguesia no final do século XVIII. Em 1831, a dispersão da propriedade escrava ainda é grande e encontramos a presença de escravos em 40% dos domicílios. Em ambos os momentos predominavam as pequenas posses, sendo que os domicílios com até cinco escravos constituíam 71,2% dos fogos

do fechamento da fronteira ao informar ao Governo Provincial que todo o termo da vila estava ocupado por títulos de sesmarias e posses e não havia mais terras devolutas. Corografia Histórica S. José. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Vol. II, Jan.-Mar. 1897, p.46

¹¹ Ver: MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.110; CUNHA, Alexandre Mendes. *Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação*. Tese (Doutorado em História).

Niterói: ICHF/UFF, 2007, p.107; RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado - Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p.200.

¹²CAMPOS, Maria Augusta do Amaral. *A marcha da civilização: as vilas oitocentistas de São João del Rei e São José do Rio das Mortes (1810-1844)*. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 1998.

¹³LIBBY, Douglas C. O tráfico negreiro internacional e a demografia escrava nas Minas Gerais: um século e meio de oscilações. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, Américas e África*. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/ Fapemig/ PPGH-UFMG, 2008.

¹⁴ Ver a comparação entre a posse de escravos na freguesia de S. José e outras regiões escravistas em LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000, p.29.

escravistas em 1795 e 61,5% em 1831. O acesso a alguns escravos foi algo factível a uma parte muito significativa dos domicílios sanjoseenses entre fins do século XVIII e a primeira metade do XIX. A reprodução interna e o tráfico sem dúvida colaboraram para isso ao reiterar no tempo a força de trabalho escrava.

As Tabelas 1 e 2a seguir apresentam as alterações na estrutura de posse na freguesia de São José.

Tabela1 - Posse de escravos nos domicílio da freguesia de São José

Faixa de posse	1795				1831			
	N de fogos	% total	% com escravos	% acumulada	N de fogos	% total	% com escravos	% acumulada
s/escravos	855	49,6	-	-	1293	59,4	-	-
1 ou 2	379	22,0	43,7	43,7	303	13,9	34,2	34,2
3 a 5	239	13,9	27,6	71,3	240	11,0	27,1	61,3
6 a 10	118	6,8	13,5	84,8	174	8,0	19,7	81,0
11 a 30	109	6,3	12,5	97,3	134	6,2	15,3	96,3
31 ou mais	23	1,3	2,6	100,0	32	1,5	3,7	100,0
Total	1723	100	100		2176	100	100	

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Havia escravos em muitos domicílios, mas, na maior parte deles eram poucos cativos. Em 1795 pouco mais de dois quintos dos fogos escravistas tinham um ou dois cativos e, nessa faixa, eram pouco mais de um terço dos fogos em 1831. Os fogos com 3 a 5 cativos passavam um pouco de um quarto dos escravistas. Os senhores de poucos escravos dominavam a paisagem. Somente dois domicílios registraram mais de 100 escravos no ano de 1795 e apenas outros cinco planteis tinham 50 ou mais escravos. No ano de 1831 a situação não era muito diferente e poucos fogos registraram mais 50 ou mais cativos. Merece destaque o domicílio chefiado por Robert William Millivard, diretor da Cia. dos Ingleses, o efêmero experimento de mineração em profundidade na vila de São José na década de 1830, onde havia 180 escravos, certamente nem todos pertencentes à companhia, mas o único caso de fogo com mais de cem cativos registrado. Outros 12 senhores nesse ano chefiavam fogos com 50 ou mais escravos, todos envolvidos com a lavoura, criação e o controle de engenhos de cana. A mineração, definitivamente, estava limitada às tentativas inglesas.

O grande número de fogos com poucos escravos na freguesia de São José pode lembrar a situação da capitania de São Paulo, onde a posse de cativos era exígua e eles estavam em pequenos planteis. A situação em São Paulo começou a mudar com a expansão do cultivo de cana na primeira metade do século XIX e transformou-se completamente com o café na segunda metade daquele século. Antes, sem um artigo de exportação, a economia paulista não absorveu muitos escravos. Mas há diferenças importantes a assinalar entre São José e São Paulo: nesta última, os escravos eram uma fração pequena da população, em média, entre 23% e 29% entre os anos de 1798 e 1836, e de 74% a 77% dos fogos não tinha escravos.¹⁵ Em São José os pequenos proprietários predominavam, mas havia um expressivo segmento de médios senhores que manejavam planteis de 6 a 10 cativos e de 11 a 30 sinalizando um maior dinamismo econômico. Já em relação à áreas de agroexportação os níveis de posse de escravos em São José são bem mais modestos. Tomando como exemplo o recôncavo baiano, onde não era incomum encontrar unidades produtoras de açúcar com mais de 50 escravos,

¹⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000, p.105, LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S.. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p.163.

pequenos produtores de um ou dois cativos tinham presença menos expressiva e ganhavam destaque as escravarias com 20, 30 e mais cativos.¹⁶

Já a **Tabela 2** mostra que a grande maioria dos domicílios de pequenos escravistas controlava uma fração reduzida da força de trabalho escrava da freguesia. Em 1795, os fogos com até 5 escravos eram quase três quartos dos domicílios escravistas e controlavam pouco mais de um quarto dos escravos (26,8% do total), enquanto apenas os 23 domicílios com 31 ou mais escravos deste ano abarcavam porção próxima (22,4%). No ano de 1831, os fogos com até 5 escravos representavam quase dois terços dos escravistas e envolviam pouco mais de um quinto dos cativos, na outra ponta, os 32 fogos com 31 ou mais escravos tinham exatamente um quarto dos cativos.

Tabela2 - Distribuição dos escravos entre os domicílios na freguesia de São José

Faixa de posse	1795			1831		
	N de escravos	% do total	% acumulada	N de escravos	% do total	% acumulada
1 ou 2	525	9,9	9,9	411	6,3	6,3
3 a 5	902	17	26,8	922	14	20,3
6 a 10	877	16,5	43,3	1326	20,2	40,5
11 a 30	1825	34,3	77,6	2239	34,1	74,6
31 ou mais	1191	22,4	100	1669	25,4	100
Total	5320	100		6567	100	

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Se o escravo era um bem difundido entre os domicílios sanjoseenses, a **Tabela 2** descortina a alta concentração desses trabalhadores nos grandes planteis. A presença do escravo em muitos domicílios e a concentração da maior parte deles em poucas mãos são características que devem ser conjugadas no entendimento da longa duração do escravismo. Só com a formação de um largo segmento de pequenos e médios proprietários, a instituição teve legitimidade social para manter-se por tanto tempo. Com um lastro social de pequenos e médios escravistas, a elite senhorial teve seu poder sobre dezenas de cativos referendado.

Uma forma de medir a desigualdade nessa distribuição é usando o coeficiente de Gini.¹⁷ Os índices Gini entre os proprietários de escravos nas Comarcas mineiras no ano de 1718 analisados por Francisco Luna variavam de 0,5 a 0,52.¹⁸ No século XIX, Douglas Libby verificou que o coeficiente de Gini entre proprietários de escravos variou de 0,46 a 0,60 para as diversas regiões mineiras entre os anos de 1831 e 1840. Para se ter uma base de comparação, L. Bergad estimou coeficientes em torno de 0,71 e 0,75 para donos de propriedade fundiárias anotadas nos registros de terras da província da década de 1850.¹⁹ Isso

¹⁶ Conferir BARICKMAN, Bert J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Reôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.241-242, Tabelas 20 e 21; SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, pp.364-365, Tabelas 54 e 55; e os vários dados apresentados em LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, p.156, Tabela 5.1.

¹⁷ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas que pode ser usada para qualquer distribuição. Ele consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade, isto é, quanto mais próximo de 1 o coeficiente de Gini, mais desigual é a distribuição.

¹⁸ LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1718*. In: LUNA, Francisco Vidal, COSTA, Iraci del Nero da e KLEIN, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2009, p.266.

¹⁹ LIBBY, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.131. BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, p.128.

significa que a distribuição da terra era mais desigual entre os proprietários desse meio produtivo do que a distribuição da mão de obra escrava entre os senhores.

Na freguesia de São José, como mostra a **Tabela 3**, os níveis de concentração da propriedade escrava estiveram muito próximos aos exemplos acima referidos. A retomada do tráfico após a década de 1810 reduziu a concentração de escravos *entre os proprietários*. No entanto, esse processo ampliou ainda mais a grande diferença entre fogos com essa propriedade e aqueles sem cativos. Ao colocar todos os domicílios no cálculo, o índice de Gini da posse de escravos subiu 35,2% em 1795 e 43,9% em 1831.

Tabela 3 - Coeficientes de Gini para a distribuição da posse de escravos nos domicílios da Freguesia de São José

	1795	1831
Domicílios escravistas	0,568	0,555
Todos os domicílios	0,768	0,799

Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Esses resultados reforçam que a marca distintiva da maioria dos domicílios era a necessidade do trabalho familiar, pois o escravo era um bem disponível, mas em pequenos números. Porém, a possibilidade de acesso ao escravo pelos pequenos produtores sinaliza sua capacidade produtiva, seus rendimentos e sua participação no mercado, notadamente o mercado de escravos. Nesse sentido, é muito significativo que mais de um terço dos domicílios (35,4%) no ano de 1795 e exatamente um quinto no ano de 1831 tenham conseguido obter alguns escravos, no máximo de cinco. A presença de um escravo no domicílio não só reforçava sua capacidade de trabalho, mas também representava um investimento produtivo, uma aposta econômica num ativo que demandava uma inversão significativa de capital.²⁰ Vale destacar que estudos que se ocuparam da composição da riqueza através dos inventários mostraram unanimemente que os escravos constituíam a principal modalidade de riqueza dos inventários mais pobres – isto é, dos pequenos produtores.²¹ Havia também significados simbólicos na posse de escravos, como o fato de afirmar a independência do fogo, de demarcar a liberdade do proprietário e sua ascensão ao grupo dos senhores. Mas eles não contradizem a expectativa econômica de maior produtividade na qual a posse de um escravo pelos pequenos produtores estava imersa. A esse propósito, já foi notado que os senhores de pequenas escravarias no Rio de Janeiro oitocentista raramente usavam seus escravos em serviços domésticos ou para reduzir a carga de trabalho familiar, mas preferiam alugar seus serviços e gerar renda.²²

Entre fins do XVIII e a primeira metade do XIX, o número dos domicílios registrado no mesmo espaço demarcado pelas 10 capelas da freguesia de São José aumentou, assim como a população escrava que neles habitava. A presença do trabalhador escravo nos fogos sanjoseenses permaneceu constante, mas em 1831 um número 50% maior de domicílios do que o registrado em 1795 dependia exclusivamente da sua força de trabalho livre. Houve, na verdade, ligeiro crescimento no número de domicílios com escravos entre 1795 e 1831 – os fogos escravistas eram 868 no primeiro momento e 883 no segundo. Mas o número de fogos sem escravos aumentou muito mais, passando de 855 para 1.293. Podemos admitir que o

²⁰ LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Escravidão no Brasil*. São Paulo: Edusp: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010, pp.148-150.

²¹ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822*. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2010, p.150; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. *As múltiplas faces da escravidão: o espaço econômico do ouro e sua elite pluriocupacional na formação da sociedade mineira setecentista, c. 17711 - c. 1756*. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2012, p.277.

²² FRANK, Zephir L. *Dutra's world: wealthandfamily in nineteenth-century Rio de Janeiro*. Albuquerque: Universityof New Mexico Press, 2004, p.65.

número de domicílios da freguesia cresceu mais do que a distribuição da população escrava e, *proporcionalmente*, os fogos escravistas diminuíram. Só que essa redução refletiu-se predominantemente entre os donos de um ou dois cativos, cujo número diminuiu de 379 no ano de 1795 para 303 no ano de 1831. Enquanto isso, fogos com 6 a 10 escravos e aqueles mais abastados com planteis entre 11 e 30 cativos aumentaram a sua participação (conf. **Tabela 1**).

O aumento no preço do trabalhador mancíprio pode ser uma das causas da diminuição dos pequenos escravistas. Segundo a ampla série de preços de escravos nos inventários mineiros compilada por Laird Bergad, o valor dos mancípios aumentou segundo quartel do XIX: a partir de 1825 a curva de preços desenhou um movimento ascendente, mas só na década de 1830 os preços dos escravos sofreram aumentos significativos (porém, ainda muito inferiores ao que experimentaríamos após a proibição efetiva do tráfico em 1850). No período aqui em vista, entre 1795 e 1831, o preço de um escravo adulto variou dos Rs100\$000 aos Rs300\$000 (de cem a trezentos mil réis).²³ Mas outros fatores da complexa transição demoeconômica que a freguesia experimentou parecem ter influenciado na estrutura de posse de escravos. Acreditamos que o desenvolvimento da produção mercantil de alimentos para atender mercados extra-provinciais a partir de 1808 premiou aqueles que possuíam capacidade mais dilatada de produção de excedente, além do acesso à terra. Evidentemente não se tratou de uma transição para economia de *plantation*, pois posses médias e pequenas continuaram muito frequentes. É possível que alguns nichos econômicos tenham sido fechados no final do século XVIII com a contração do maior núcleo urbano da freguesia, a vila de São José, mas outras oportunidades econômicas para pequenos produtores apareceram com a dinamização proporcionada pelo mercado da Corte no século XIX. Essas ocasiões estiveram ligadas à manutenção do setor agropecuário e às ocupações de transformação e beneficiamento da produção rural. A persistência de um amplo setor de pequenos produtores com acesso à mão de obra escrava é um sintoma de que a retomada do tráfico a partir de 1810 não irrigou exclusivamente as grandes posses.

Características dos senhores de escravos

A série de tabelas a seguir mostra como os atributos gênero-estado conjugal e cor-origem dos chefes de domicílio variavam de acordo com o tamanho das posses de escravos. Nosso objetivo é que essas tabelas iluminem as possibilidades de acesso ao trabalho escravo e até onde cada tipo de senhor poderia ir na ampliação de suas posses nas conjunturas de fim do século XVIII e primeira metade do XIX. As eventuais diferenças entre os grupos senhoriais nos dois momentos devem, ainda, sugerir movimentos das estruturas socioeconômicas operados na freguesia na passagem do século.

Do ponto de vista do gênero e estado conjugal dos chefes de domicílio com escravos é preciso realizar duas observações antes de comentar os resultados das **Tabelas 5 e 6**. Uma primeira é que, de modo geral, as pessoas que encabeçavam um domicílio eram casadas em níveis mais altos do que a população como um todo. No ano de 1795 o Rol de Confessados registrou que, entre os chefes de domicílio, 48,5% eram casados e 13,8% eram viúvos, enquanto que entre as pessoas que não chefiavam um fogo, nem eram cônjuges do chefe, os casados não eram mais do que 7,5% e os viúvos meros 1%.²⁴ A associação da chefia de um fogo com o casamento não é algo novo na historiografia, nem exclusivo da freguesia de São

²³ BERGAD, Laird. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004, pp.244-245, figura 5.1.

²⁴ Considerando os maiores de 14 anos, aptos ao casamento segundo as Constituições Primeira do Arcebispado da Bahia.

José. Vários estudos já demonstraram que as pessoas casadas tendiam a estabelecer um domicílio próprio, donde predominavam no passado as famílias de tipo nuclear, isto é, aquelas formadas por um casal seguido ou não de filhos.²⁵ No ano de 1831, as listas nominativas de São José mostram um aumento da importância do casamento para os chefes de fogo: os chefes casados eram, naquele ano, 57% dos chefes de fogo e os viúvos eram 16,5%. Entre os não-chefes os casados eram 12% e os viúvos representavam 1,5%. O aumento da nupcialidade, portanto, foi um fenômeno ligado ao controle de um domicílio. A decadência do núcleo mais urbanizado da freguesia no entorno da Matriz da vila de São José e o simultâneo crescimento das capelas rurais no começo do Oitocentos deve ter reduzido as oportunidades para domicílios de solteiros e solitários. O casamento e a formação de uma família tornaram-se mais importantes no contexto mais agrário do século XIX.

A segunda observação sobre o gênero e o estado conjugal dos chefes de domicílios com escravos é o fato de que na tradição jurídica portuguesa e no Império do Brasil o homem era considerado o “cabeça” do casal, o chefe da família, o responsável pelo fogo.²⁶ Os bens e escravos que as mulheres levavam para seu casamento ficavam pertencendo ao casal e administrados pelo marido.²⁷ Assim, poucas mulheres casadas chefiavam os domicílios em que residiam. Elas só respondiam pelo fogo no caso de ausência ou incapacidade do marido. Assim, os domicílios chefiados por homens casados escondem a presença das esposas, mulheres diretamente envolvidas na administração e no trabalho do fogo, mas secundadas pela dimensão pública do domínio masculino.

Segundo as **Tabelas 5 e 6**, os domicílios sem escravos tinham chefia bastante diversificada quanto ao gênero e ao estado conjugal. Os domicílios com apenas um escravo não mudavam tanto sua composição em relação aos não escravistas, mantendo-se a heterogeneidade de gênero e estado. Mas, à medida em se sobe a escala de posse, um perfil mais bem definido de senhor vai se desenhando com o predomínio do homem casado e da mulher viúva. Os homens solteiros são mais comuns chefiando domicílios no final do século XVIII do que na primeira metade do XIX. Muitos desses solteiros, mesmo entre os mais abastados, eram portugueses que aguardavam um momento para o casamento, ou simplesmente não colocavam o matrimônio no seu horizonte.²⁸ O não-casamento, no entanto, não impedia tais homens de ter filhos e manter relações estáveis de concubinato. Um exemplo é o do capitão Manoel Lobo de Castro, português, senhor da segunda maior escravaria registrada no Rol de Confessados, 101 cativos, morador sem família no fogo no ano de 1795. Poucos meses antes de falecer, Manoel Lobo de Castro celebrou, em sua própria casa no arraial do Córrego, seu casamento com Ana Maria de Oliveira, com “dispensa” do vigário, por o noivo estar enfermo e em risco de morte e “já viver de portas adentro com a noiva com quem tem dois filhos”.²⁹ Consta do assento de matrimônio a cópia da petição de dispensa e do atestado médico certificando a enfermidade. Nas páginas do Rol dos Confessados de 1795 encontramos Ana Maria de Oliveira, uma parda forra de 43 anos, registrada como solteira, que vivia em companhia dos dois filhos do casal, Joaquim e Maria, e mais quatro escravos.

²⁵ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2000.

²⁶ Para a tradição portuguesa, ver HESPANHA, António Manuel. *Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. São Paulo: Annablume, 2010. Para os censos brasileiros, ver SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Editora Mraco Zero/Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, 1989.

²⁷ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João del-Rei - séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

²⁸ Idem.

²⁹ Arquivo Paroquial Diocese São João del Rei, Paróquia de São José do Rio das Mortes, Casamentos, Lv.25, fl.110v.

Outro exemplo, o do português Antônio Moreira de Carvalho que teve, ao longo da segunda metade do século XVIII, sete filhos com a mina forra Roza Moreira de Carvalho. Antônio nunca oficializou sua união com Roza, mas assumiu a paternidade de todos os filhos. Roza, por sua vez, permaneceu solteira e chefiava um domicílio com incríveis 37 escravos no ano de 1795.³⁰

Destaca-se, tanto em 1795 quanto em 1831, a marcante presença de mulheres solteiras no comando de fogos sem escravos e naqueles com poucos cativos. Como os exemplos acima aludem, algumas dessas mulheres viviam relações consensuais com ricos proprietários. Mas ocorrem também filhas de famílias ricas que nunca se casaram e herdavam bons legados e outras que preferiam não se casar. Cada uma dessas possibilidades implicava em formas distintas de compor a força de trabalho escrava e em diferentes estratégias de inserção econômica dos fogos chefiados por mulheres solteiras. De qualquer forma, cumpre notar que o gênero e a condição dos senhores de escravos não eram fortes fatores distintivos para os donos de poucos escravos, enquanto os detentores de grandes escravarias marcavam-se como homens casados ou mulheres viúvas.

Tabela4 - Gênero e estado conjugal dos chefes de domicílio em 1795 na freguesia de São José

	Homem solteiro	Mulher solteira	Homem casado	Mulher casada	Homem viúvo	Mulher viúva	
Todos os fogos	21,8%	16,0%	45,0%	3,4%	2,8%	11,0%	
Nº de escravos no fogo	0	24,7%	23,2%	36,4%	4,6%	1,9%	9,3%
	1	26,4%	17,3%	39,8%	2,6%	3,5%	10,4%
	2	17,3%	7,2%	62,6%	1,4%	2,2%	9,4%
	3	16,0%	8,0%	60,0%	1,0%	2,0%	13,0%
	4	19,5%	4,9%	53,7%	3,7%	7,3%	11,0%
	5	10,2%	10,2%	63,3%	4,1%	2,0%	10,2%
	6	13,5%	8,1%	64,9%	0,0%	2,7%	10,8%
	7	3,8%	3,8%	76,9%	0,0%	3,8%	11,5%
	8	6,5%	0,0%	77,4%	0,0%	3,2%	12,9%
	9	20,0%	10,0%	40,0%	10,0%	0,0%	20,0%
	10	18,2%	0,0%	45,5%	0,0%	9,1%	27,3%
	11 a 20	17,9%	0,0%	48,7%	2,6%	5,1%	25,6%
21+	22,4%	2,0%	49,0%	2,0%	8,2%	16,3%	

Fonte: Rol dos Confessados de 1795.

Obs.: 1) solteiros incluem sem informação de estado conjugal;

2) os valores somam 100% na horizontal;

3) não considerados 27 domicílios sem informação de chefe.

Tabela5 - Gênero e estado conjugal dos chefes de domicílio em 1831 na freguesia de São José

	Homem solteiro	Mulher solteira	Homem casado	Mulher casada	Homem viúvo	Mulher viúva	
Todos os fogos	10,2%	16,4%	54,7%	2,1%	4,5%	12,1%	
escravos no	0	10,5%	22,6%	50,6%	2,3%	4,0%	10,0%

³⁰ LIBBY, Douglas C. e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Vária História*, Belo Horizonte, vol.01, n. 30, julho/2003, pp.112-149.

1	11,3%	9,7%	56,4%	2,6%	4,6%	15,4%
2	14,8%	10,2%	59,3%	0,9%	3,7%	11,1%
3	8,3%	10,4%	56,3%	2,1%	8,3%	14,6%
4	4,7%	11,6%	55,8%	3,5%	3,5%	20,9%
5	13,8%	6,9%	62,1%	0,0%	3,4%	13,8%
6	0,0%	4,3%	66,0%	2,1%	4,3%	23,4%
7	11,1%	6,7%	64,4%	2,2%	0,0%	15,6%
8	17,9%	0,0%	64,3%	0,0%	10,7%	7,1%
9	2,9%	0,0%	60,0%	2,9%	11,4%	22,9%
10	5,3%	5,3%	73,7%	0,0%	0,0%	15,8%
11 a 20	10,4%	3,8%	67,9%	0,9%	3,8%	13,2%
21 +	6,7%	1,7%	66,7%	0,0%	11,7%	13,3%

Fonte: listas nominativas de 1831.

Obs.: 1) solteiros incluem sem informação de estado conjugal;

2) os valores somam 100% na horizontal.

Quanto à questão da cor-condição dos donos de escravos vale a lembrança do estudo pioneiro de Francisco Vidal Luna e Iraci del Nero da Costa que apontou, ainda nos anos 1970, a recorrência de libertos como senhores de escravos.³¹ Os forros apareceram nos registros de óbitos da freguesia de Antônio Dias, na Vila Rica, em percentuais que iam até 15% dos senhores de cujos escravos foram inumados na freguesia. Porém, as informações mais surpreendentes apresentadas pelos autores vieram de uma lista de proprietários da Comarca do Serro Frio onde 22,2% dos senhores eram libertos no ano de 1738. Desde então, várias pesquisas reforçaram esses achados e demonstraram a abrangência de senhores de escravos não-brancos na capitania de Minas e em outras regiões coloniais.³²

A diversidade de origens dos senhores de escravos nos permite compreender melhor a complexidade das relações sociais durante o longo período de vigência do escravismo. A análise da cor e da origem dos chefes de escravos mostra a integração de ex-escravos e seus descendentes ao mundo senhorial, evidenciando possibilidades de movimento nas estruturas sociais. Mais ainda: a ascensão de forros e descendentes de escravos à condição de senhores tem relação umbilical com a legitimidade que a escravidão desfrutou ao longo de três séculos. Isso, pois, segundo os estudos mais recentes, a alforria funcionava como a mais importante prerrogativa senhorial de administração dos escravos: ao agraciar com a liberdade cativos fieis e obedientes ou os filhos destes, os senhores instituíam os comportamentos esperados

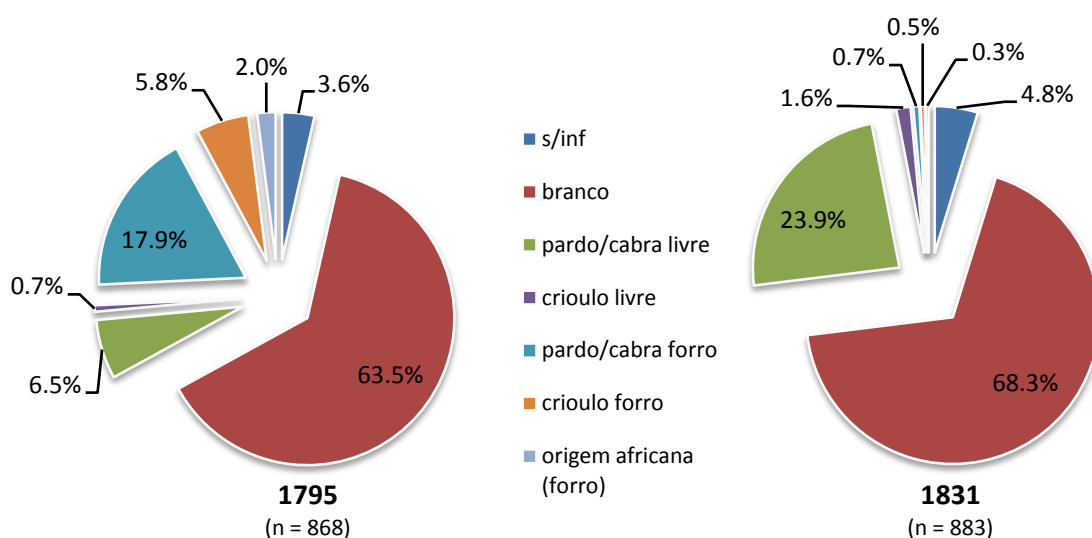
³¹ LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero. A presença do elemento forro no conjunto de proprietários de escravos. Comunicação apresentada na 30ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), São Paulo, 1978. Recentemente publicada em LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci del Nero da; Klein, Herbert S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, pp.449-459.

³² COSTA, Iraci Del Nero da. *Arraia-miúda: um estudo sobre os não-proprietários de escravos no Brasil*. São Paulo: MGSP editores, 1992, p.53-55; PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995; KLEIN, Herbert S. & PAIVA, Clotilde Andrade. Libertos em uma Economia Escravista: Minas Gerais em 1831. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.27, n.2, pp.309-335, maio-agosto 1997; BARICKMAN, Bert J. As cores do escravismo: escravistas 'pretos', 'pardos' e 'cabras' no Recôncavo baiano em 1835. *População e Família*, 2:2 (1999): 7-62; LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000; SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dívida da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

dos escravos e manobravam suas demandas.³³ Depois, e aqui fazemos eco à proposição de Douglas Libby e Clotilde Paiva, a mobilidade social de ex-escravos e seus descendentes engendrou uma fração de proprietários não-brancos cujos interesses coincidiam com a minoritária elite branca quanto à perpetuação do trabalho escravo.³⁴

Segundo o **Gráfico 1**, na freguesia de São José no ano de 1795 o grupo senhorial era constituído por um terço de descendentes de escravos, enquanto em 1831 a proporção atingia um quarto. No final do século XVIII a classe senhorial era mais multicolorida, com a frequência destacada de libertos. Nos anos 1830, a presença dos forros diminuiu, mas isso pode ser um efeito das listas nominativas que sonegaram informação sobre a condição de muitos senhores.

Gráfico1 - Cor e origem dos senhores de escravos na freguesia de São José



Fontes: Rol dos Confessados de 1795 e listas nominativas de 1831.

Libertos e seus descendentes negros e pardos conseguiram tornar-se senhores de escravos através de vários caminhos. Em alguns casos, a condição senhorial foi efeito de legados para aqueles que mereceram uma alforria gratuita e tiveram os anos de serviços recompensados por parte do espólio de seus antigos senhores. Nessas circunstâncias, uma chave de leitura é que tais práticas objetivavam incentivar a obediência dos cativos ao longo da escravidão e a produção de clientela depois da alforria. Nos testamentos consultados por Marcio de Sousa Soares, algo em torno de um em oito testadores deixaram legados a seus ex-escravos, o que certamente lhes ampliou as chances de ascensão social.³⁵

Em outros casos, a posse de escravos por libertos era resultado de uma trajetória bem sucedida de trabalho e acúmulo de riqueza em busca da liberdade. Dada a extensão do

³³ GONÇALVES, Andréa Lisly. *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011; SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009

³⁴ LIBBY, Douglas C.; PAIVA, Clotilde A. Alforrias e forros em uma freguesia mineira: São José d'El Rey em 1795. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Vol.17, n.1/2, pp.17-46, jan./dez. 2000, pp.39-40.

³⁵ SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750 - c. 1830*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, pp.91-92 e p.208. Legados em terras foram relativamente comuns na vila de Barbacena na segunda metade do século XIX segundo o levantamento de Roseli dos Santos. *Terras e liberdade – uma recompensa pela escravidão? Barbacena (1850 – 1888)*. São João del Rei (MG): DECIS/UFESJ, 2005, monografia (especialização em História).

fenômeno da quartação e das autocompras, não surpreende que alguns libertos tenham logrado adquirir escravos continuando a exercer suas ocupações depois da alforria. Há, é claro, que se lembrar que a obtenção da liberdade através de formas onerosas de alforria desfalcava negros e pardos de muitos recursos que acumularam ao longo dos anos. Mesmo assim, houve casos de sucesso. Antônio do Cabo e Maria do Cabo, por exemplo, eram um casal de pretos forros, ambos naturais da Costa da Mina, que foram bem sucedidos na acumulação e administração de seus recursos. Afirmavam, em seus testamentos, ter adquirido a alforria por pagamento em ouro e serem donos de três chácaras, duas moradas de casas e nove escravos.³⁶ A gestão desses bens era feita pelo grupo familiar mais amplo: Antônio e Maria tinham dois filhos, todos casados à época do testamento e envolvidos com suas famílias no trabalho nas chácaras dos pais.

Não se pode perder de vista que pardos e pretos livres poderiam alcançar a posse de escravos através da herança de seus pais ou familiares. Quando havia a interseção de um parente poderoso, ou um homem rico, a transmissão de bens para filhos de escravos e destes a seus descendentes poderia dar início a trajetórias de enriquecimento e ascensão social. Mais uma vez recorremos ao exemplo da mina Roza Moreira de Carvalho que, ao gerar filhos do português Antônio Moreira de Carvalho fez de muitos de seus descendentes proprietários de cativos.³⁷ No entanto, para as famílias de negros que não contavam com um parente importante ou protetor, nada garantia que a ascensão de seus antepassados pudesse perdurar ao longo de gerações. Somente algumas pistas sobre as vidas dos descendentes dos sobrecitados Antônio e Maria do Cabo estão disponíveis. No Rol dos Confessados de 1795, aparece listado o filho Francisco do Cabo, então com 75 anos, viúvo e residindo ainda no Pe. Gaspar, muito provavelmente na mesma chácara que pertencera a seus pais. Francisco vivia na companhia do filho João Francisco de Almeida, crioulo livre, e da sobrinha Maria do Cabo, filha de sua falecida irmã. Os três eram auxiliados por um escravo de 61 anos, se é que esse cativo ainda lhes prestava algum auxílio. Do terceiro filho do casal não sobrou notícia conhecida, o que sugere que ele tenha migrado da freguesia. Mas pode-se afirmar, quase com certeza, que o padrão de propriedade ora constituído pelos forros Antônio e Maria do Cabo não foi experimentado por seus filhos. A fragmentação da propriedade na partilha foi uma das causas desse empobrecimento.³⁸

As **Tabelas 7 e 8** mostram como a cor e origem dos senhores de escravos variavam segundo o tamanho da escravaria possuída. À medida que se sobe a escala de posse, a classe senhorial tornava-se mais homogeneamente branca. Senhores negros e pardos, em geral, controlavam escravarias, na maior parte das vezes, pequenas, enquanto as grandes posses estavam nas mãos de pessoas brancas – ou pelo menos assim designadas pelas listas de população. Considerando-se a cor dos chefes de domicílios com escravos percebemos novamente que o topo da pirâmide proprietária era muito diferente da base e dos fogos sem escravos. As **Tabelas 7 e 8** também indicam que pessoas designadas como pardos tiveram melhores possibilidades de se tornar escravistas com posses maiores, assim como eram

³⁶ Arquivo Paroquial Diocese São João del Rei, Paróquia de São José do Rio das Mortes, Óbitos, Lv.79, fls.459v e 492.

³⁷ Embora ela tenha determinado uma divisão desigual da herança, em prejuízo de alguns filhos para impulsionar o sucesso de outros. LIBBY, Douglas C. e GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Reconstruindo a liberdade: alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850. *Vária História*, Belo Horizonte, vol.01, n. 30, julho/2003, pp.112-149.

³⁸ Segundo o prof. Zephyr Frank, a partilha igualitária dos bens teve efeitos diferenciados de acordo com o extrato econômico de cada família. Para os ricos, a partilha igualitária fornecia fatias substantivas de recursos que permitiam uma vida tranquila, enquanto para os mais pobres a partilha dispersava anos de acúmulo de recursos. FRANK, Zephyr. *Dutra's world: wealth and family in Nineteenth-Century Rio de Janeiro*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

maiores suas chances de alcançar a alforria (os pardos eram 53% dos forros em São José no ano de 1795). Suspeitamos que em São José, como já verificado em outras localidades, fosse possível que senhores pardos passassem por um processo de embranquecimento, embora, nos casos que verificamos perda da designação de cor, esse processo ocorreu no âmbito geracional.³⁹

Tabela6 - Cor e origem dos chefes de domicílio na freguesia de São José. 1795

	s/inf	branco	pardo/ cabra livre	crioulo livre	pardo/ cabra forro	crioulo forro	origem africana (forro)	
Todos os fogos	1,9%	42,2%	7,5%	0,5%	26,8%	11,9%	9,1%	
Nº de escravos no fogo	0	0,4%	21,2%	8,4%	0,4%	35,6%	17,9%	16,2%
	1	11,3%	42,4%	7,4%	0,4%	24,7%	10,8%	3,0%
	2	1,4%	56,1%	6,5%	0,7%	25,2%	6,5%	3,6%
	3	0,0%	57,0%	9,0%	1,0%	22,0%	10,0%	1,0%
	4	1,2%	67,1%	8,5%	2,4%	15,9%	2,4%	2,4%
	5	0,0%	73,5%	6,1%	0,0%	16,3%	2,0%	2,0%
	6	0,0%	86,5%	5,4%	0,0%	8,1%	0,0%	0,0%
	7	0,0%	80,8%	3,8%	0,0%	11,5%	3,8%	0,0%
	8	0,0%	74,2%	6,5%	3,2%	12,9%	3,2%	0,0%
	9	10,0%	70,0%	0,0%	0,0%	20,0%	0,0%	0,0%
	10	0,0%	90,9%	0,0%	0,0%	9,1%	0,0%	0,0%
	11 a 20	0,0%	91,0%	5,1%	0,0%	3,8%	0,0%	0,0%
21	0,0%	95,9%	2,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,0%	

Fonte: Rol dos Confessados de 1795.

Obs.: 1) os valores somam 100% na horizontal;

2) não considerados 27 domicílios sem informação de chefe.

Tabela7 - Cor dos chefes de domicílio em 1831 na freguesia de São José

	s/inf	branco	pardo/ cabra livre	crioulo livre	pardo/ cabra forro	crioulo forro	origem africana (forro)	
Todos os fogos	2,7%	40,6%	39,2%	10,5%	1,1%	2,8%	3,2%	
Nº de escravos no fogo	0	1,2%	21,7%	49,7%	16,6%	1,4%	4,3%	5,2%
	1	2,6%	46,7%	42,6%	5,1%	1,5%	1,0%	0,5%
	2	1,9%	62,0%	33,3%	0,9%	0,9%	0,9%	0,0%
	3	6,3%	57,3%	34,4%	1,0%	0,0%	1,0%	0,0%
	4	2,3%	74,4%	20,9%	0,0%	1,2%	0,0%	1,2%
	5	0,0%	82,8%	15,5%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%
	6	4,3%	68,1%	25,5%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%
	7	8,9%	75,6%	13,3%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%
	8	3,6%	89,3%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	9	2,9%	85,7%	11,4%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	10	5,3%	89,5%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

³⁹ GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social* (Porto feliz, São Paulo, c.1798 – c. 1850). Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2008, esp. capítulo 05. Atentar para que a designação de cor branca sinaliza o termo de um processo de remissão do cativo, como argumenta SOARES, Marcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases*, c. 1750-c. 1830. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, capítulo 07.

11 a 20	10,4%	83,0%	5,7%	0,0%	0,9%	0,0%	0,0%
21 +	11,7%	86,7%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: listas nominativas de 1831.

Obs.: os valores somam 100% na horizontal.

Para o ano de 1831 as listas nominativas nos oferecem a possibilidade de observar como a ocupação do chefe do domicílio era modulada pela posse de escravos. A **Tabela 9** mostra, mais uma vez, que entre não escravistas e a base proprietária não existiam diferenças significativas. As duas exceções mais importantes são para os domicílios cujos chefes se ocupavam de atividades agropecuárias, nas quais os domicílios não-escravistas estavam menos envolvidos, e os fogos cujo chefe tinha uma função pública, nos quais a regra era a existência de ao menos um cativo. Deve-se destacar que não-escravistas e senhores de pequenas posses empregavam-se em atividades de transformação com uma frequência muito similar. Esses artesãos, a propósito, tinham escravarias reduzidas, raramente ultrapassando os dez cativos. Já os chefes de fogo dedicados à agropecuária dirigiam domicílios com escravarias mais robustas, indicando, novamente, que o topo da escala de proprietários era mais distinta dos não-escravistas do que a base dos senhores.

Tabela8 - Ocupação dos chefes de domicílio em 1831 na freguesia de São José

	S/ inf.	Agropecuária	Mineração	Atividades manuais e mecânicas	Comerciante fixo	Comerciante tropeiro	Serviço doméstico	Funcionário público	Outras	Desocupado	
Todos os fogos	34,7%	22,1%	2,9%	21,5%	5,7%	0,8%	0,4%	1,4%	9,8%	0,7%	
Nº de escravos no fogo	0	38,7%	13,1%	4,3%	24,7%	2,9%	0,8%	0,5%	0,4%	13,6%	1,1%
	1	27,7%	25,6%	1,0%	25,6%	7,2%	1,5%	0,5%	3,1%	7,7%	0,0%
	2	32,4%	22,2%	1,9%	22,2%	15,7%	0,0%	0,0%	2,8%	2,8%	0,0%
	3	28,1%	25,0%	0,0%	21,9%	12,5%	2,1%	0,0%	4,2%	6,3%	0,0%
	4	44,2%	25,6%	0,0%	16,3%	7,0%	0,0%	0,0%	2,3%	3,5%	1,2%
	5	24,1%	34,5%	1,7%	17,2%	19,0%	0,0%	1,7%	1,7%	0,0%	0,0%
	6	34,0%	31,9%	2,1%	21,3%	8,5%	0,0%	0,0%	2,1%	0,0%	0,0%
	7	26,7%	42,2%	0,0%	13,3%	8,9%	0,0%	0,0%	4,4%	4,4%	0,0%
	8	25,0%	39,3%	0,0%	3,6%	10,7%	0,0%	0,0%	10,7%	10,7%	0,0%
	9	20,0%	54,3%	0,0%	17,1%	5,7%	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%
	10	31,6%	47,4%	0,0%	15,8%	5,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
11 a 20	23,6%	60,4%	0,0%	0,9%	8,5%	1,9%	0,0%	0,9%	3,8%	0,0%	
21 +	21,7%	58,3%	5,0%	1,7%	6,7%	0,0%	0,0%	3,3%	3,3%	0,0%	

Fonte: listas nominativas de 1831.

Obs.: os valores somam 100% na horizontal.

Considerações finais: a heterogeneidade senhorial e o funcionamento do escravismo

Toda a discussão dos itens anteriores teve o mérito de demonstrar que o grupo senhorial não era homogêneo. Os senhores de escravos diferenciavam-se quanto ao gênero, ao estado conjugal, e à cor e origem. Nosso exercício de escalonar o grupo de senhores segundo o tamanho da posse mostra que entre a base da pirâmide proprietária e seu cume apresentava-se um gradiente de situações, passando do mais diversificado ao mais homogêneo. Especialmente entre os pequenos proprietários, aqueles donos de até 5 escravos e que guardavam a maior heterogeneidade do grupo, residem dois aspectos cruciais para a o

funcionamento do sistema escravista no Brasil, quais sejam: a significativa presença de descendentes de escravos entre os proprietários e a administração cotidiana das pequenas posses.

Salvo engano, foi a pesquisa do professor Eduardo França Paiva que demonstrou originalmente que os senhores de pequenas posses concediam a alforria com maior liberalidade do que os grandes proprietários.⁴⁰ Para o autor, o ambiente mineiro composto por pequenas escravarias aumentava as chances de mútua dependência entre senhores e escravos. A grande quantidade de libertos e seus descendentes possuidores de escravos propõe o surgimento, no contexto mineiro, de relações de dominação marcadas pelo mutualismo, do qual são expressão as pequenas posses de senhores negros e mestiços, e situações de resistência marcadas pela ajustamento e pela conquista de margens materiais e simbólicas mais amplas.⁴¹ A pesquisa doutoral de Marcio de Sousa Soares confirmou que, proporcionalmente, eram os pequenos senhores que alforriavam mais na região fluminense de Campos dos Goitacases.⁴² Soares ainda destaca a participação de libertos e seus descendentes entre os que mais libertavam, em parte porque muitos libertos não tinham filhos e, sem herdeiros, sentiam-se descompromissados para libertar parte da sua herança. Mas, mais importante para nossa discussão, o autor também acredita que as alforrias foram mais comuns nas pequenas posses por causa da proximidade entre senhores e escravos. Afinal, “quanto mais próximo do senhor um escravo conseguisse chegar e, diante dele, corresponder às expectativas” maiores as chances de obter a liberdade. Essas importantes descobertas podem sugerir que o relacionamento de senhores e suas pequenas posses era harmonioso e culminava com a retribuição da fidelidade dos escravos através da concessão da alforria. Mas há o reverso da moeda, quando a política de domínio falhava e as tensões transformavam-se em conflito.

O estudo de Ricardo Alexandre Ferreira sobre a criminalidade escrava na região paulista de Franca – uma região onde predominavam as pequenas posses –, mostra que a maioria dos crimes de cativos contra seus senhores ocorriam em situações em que os senhores estavam pessoalmente envolvidos na aplicação de castigos ou em situações de trabalho, tendo como armas as ferramentas usadas.⁴³ Nesse caso, quando a proximidade entre senhor e escravo descambava para tensões, o resultado poderia ser violento. O fazendeiro Januário José Ferreira, por exemplo, vivia em 1838 no distrito de Cláudio com a esposa, um filho e nove cativos – 5 mulheres crioulas, 2 moleques crioulos e dois homens africanos.⁴⁴ Januário e sua família eram pardos, mas nem por isso pobres; seus cativos e sua família tocavam uma fazenda onde se plantava cana e outros mantimentos. Em janeiro de 1842 enquanto estava na roça cortando cana com o escravo Joaquim, Januário Ferreira chamou a atenção do cativo e ameaçou castigá-lo. Porém, Joaquim, um africano de mais de 50 anos, não esperou que isso acontecesse e matou o senhor com duas facadas. Quando inquirido porque atentou contra seu senhor, Joaquim não usou a justificativa corrente de que seu senhor era cruel e o castigava com frequência – talvez porque Januário, que trabalhava na roça com seus cativos, não

⁴⁰ PAIVA, Eduardo F. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

⁴¹ PAIVA, Eduardo F. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p.93.

⁴² SOARES, Márcio de Sousa. *A remissão do cativo: a dádiva da alforria e o governo dos escravos nos Campos dos Goitacases, c. 1750-c. 1830*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009, pp.100-101.

⁴³ FERREIRA, Ricardo Alexandre. *Senhores de poucos escravos: cativo e criminalidade num ambiente rural, 1830 – 1888*. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p.55.

⁴⁴ Lista nominativa de 1838, Cláudio, fogo 321.

apelasse sempre para o castigo. Joaquim afirmou, sem efeito algum, que tinha sido possuído pelo demônio e foi condenado à forca.⁴⁵

Um trabalho original e recente enfrentou a difícil tarefa de conhecer quem eram os senhores de escravos que publicaram os anúncios de fuga de escravos que inundavam os jornais regenciais e descobriu que, surpreendentemente, a maioria desses senhores tinham posses modestas, até o limite de dez escravos.⁴⁶ A pesquisa lançou mão de centenas de anúncios de fugas de escravos publicadas no periódico sãojoanense *Astro de Minas* durante a década de 1830 e buscou nominalmente os anunciantes nas listas nominativas. Descontando os homônimos e casos de difícil identificação, foram encontradas 43 correspondências claras que compõem um conjunto limitado de senhores que enfrentaram fugas, mas o único disponível até o momento. Cinco desses senhores eram grandes proprietários com mais de 31 cativos; 16 senhores tinham posses entre 11 e 30 cativos; dez senhores controlavam posses entre 1 e 10; e nada menos do que 12 pessoas foram identificadas nas listas nominativas em anos posteriores ao anúncio de fuga vivendo em domicílios sem nenhum cativo registrado, o que significa, caso sejam realmente as mesmas pessoas que anunciaram a fuga de escravos, que eram senhores de poucos cativos que perderam toda sua propriedade com as fugas. Por exemplo, Francisco Alves da Silva anunciou a fuga do escravo Silvestre Moçambique no *Astro de Minas* em 18/10/1831 pedindo que quem soubesse do paradeiro de Silvestre o encaminhasse a seu senhor no distrito do Bichinho. Na lista de 1838, um Francisco Alves da Silva foi listado como morador de um domicílio no Bichinho sem nenhum cativo. Severino Rodrigues, morador no Padre Gaspar teve um escravo monjolo fugido noticiado em 07/06/1828 e na lista de 1831 também aparece sem propriedade escrava. A autora do estudo sugere que em casos como esses tais senhores “estivessem apenas entrando no mundo do domínio escravista, isto é, talvez fossem senhores há pouco tempo e, talvez, inexperientes no trato com escravos”.⁴⁷ Não à toa os escravos fugidos eram africanos, talvez adquiridos pouco tempo antes das fugas no *boom* do tráfico da primeira metade do XIX.

Outro caso é o do alfaiate Antônio Caetano Lobato, um senhor pardo, morador no fogo 51 do distrito de Passatempo da Vila de São José, que teve o escravo Mateus, um cabinda de 22 anos, fugido em 1835. Mateus foi detalhadamente descrito no anúncio de fuga: "alto, olhos vermelhados, sobrancelhas meio crespas, beirão, rosto descarnado e grande, ombros largos, mãos bem feitas, pés ordinários, ponta de buço" e, provavelmente, não deveria sofrer castigos físicos mais duros visto que “não tem cicatriz alguma em seu corpo”.⁴⁸ Na lista nominativa de 1838, o alfaiate Antônio aparece acompanhado de apenas outros dois cativos e ainda sem Mateus. Tratava-se, certamente, de um pequeno senhor que optou pela compra de um escravo africano para aumentar a capacidade produtiva do seu domicílio.

Senhores de poucos escravos deveriam enfrentar uma série de dificuldades ao administrar o trabalho dos seus cativos. Em primeiro lugar vivenciavam de forma muito próxima as tensões desencadeadas pela escravidão. Em segundo, suas opções para estimular a sociabilidade escrava ou a formação de famílias em suas pequenas posses como estratégia de aliviar as tensões do trato escravista eram bastante limitadas. Em seguida, deve-se considerar que como tinham menores recursos, não havia com o que recompensar seus escravos ou instaurar hierarquias e diferenciações expressivas no plantel. Talvez, por causas dessas dificuldades é que os pequenos proprietários deixavam para recompensar seus escravos fiéis ao falecer, distribuindo alforrias e legando alguns bens a escolhidos.

⁴⁵ LABDOC/UFSJ, Arquivo de Oliveira, Processo Crime 2-58.

⁴⁶ COSTA, Ana C. R. *Fugas de escravos na Comarca do Rio das Mortes* – primeira metade do século XIX. São João del Rei (MG): DECIS/UFSJ, 2013 (Mestrado em História).

⁴⁷ Idem, p.128.

⁴⁸ *Astro de Minas*, nº 1204, 11/08/1835 *apud* Idem.

Por todo o exposto, tendemos aqui a concordar com Bert J. Barickman que considera que a posse de dois ou três escravos dificilmente libertava um lavrador e sua família do trabalho em casa e na roça; no máximo reduzia as horas de trabalho e permitia que os membros da família evitassem os serviços mais pesados. Do ponto de vista do trabalho, roceiros que tinham poucos escravos levavam uma vida muito parecida com a de seus vizinhos sem nenhum. Porém, o ser senhor de escravos deveria fazer muita diferença em termos de prestígio social. Além disso, a posse de cativos criava entre esses pequenos senhores e os grandes escravistas um vínculo baseado no interesse comum de perpetuação da escravidão como regime de trabalho.⁴⁹

Por fim, tendemos a referendar o trabalho do prof. Douglas C. Libby, que propõe que a ampla base social da escravidão em Minas garantiu a legitimidade e longevidade do sistema. O escravo era um bem relativamente “democrático”, cuja aquisição esteve disponível a uma grande proporção de domicílios tanto aqueles inseridos nas rentáveis atividades de abastecimento da praça da Corte e das minerações, quanto nas pequenas unidades produtivas que produziam alimentos para os arraiais e vilas, e ainda nos fogos de artesãos especializados. A expansão da produção de abastecimento, a mineração em profundidade, o desenvolvimento de centros de comércio, o relativo isolamento geográfico da província que protegia o mercado local dos produtos ingleses foram aspectos que abriram oportunidades econômicas para agentes de diversas escalas em Minas na primeira metade do século XIX. Enquanto o tráfico esteve aberto, as necessidades de mão de obra desses agentes puderam ser supridas através da escravidão.

⁴⁹ BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. RJ: Civilização Brasileira, 2003, p. 251-252 e 309.